



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



### PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO PRINCIPAL nº 263/2023

PREGÃO PRESENCIAL –Nº 28/2023

Processo nº 4.992/2023 – Recurso AMI3 Soluções Ambientais e Transporte de Resíduos Ltda

Processo 5.001/2023 - Recurso Delurb Ambiental Ltda

Processo nº 5.136/2023 - Contrarrazões recursais – AMI3 Soluções Ambientais e Transporte de Resíduos Ltda

Processo nº 5.137/2023 Contrarrazões recursais – FGC Pavimentação e Construção Civil Ltda

EMENTA: LICITAÇÃO. LEI 8.666/93. PREGÃO PRESENCIAL. LEI 10.520/02. DECRETO 1.800/2019. L.C. 123/2006. CONTRATAÇÃO. COLETA E TRANSPORTE FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES CONVENCIONAIS. RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA A DECISÃO DE INABILITAÇÃO DA RECORRENTE E HABILITAÇÃO DA VENCEDORA.

#### I – PRELIMINARMENTE

Analisando o feito, bem como os desdobramentos da fase recursal, faz-se necessário tecer algumas abordagens de forma a antecipar qualquer julgamento impróprio sobre a condução dos trabalhos na fase recursal.

Notadamente o que se estar em discussão é a contratação de uma empresa para a execução de forma satisfatória do serviço referente à contratação de empresa legalmente habilitada para a execução dos **SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS**



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



**DOMICILIARES ATÉ A ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DE TODO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU – RJ**, sem exageros ou demagogia, entende-se que o objeto em questão é de sua importância para a Administração Pública Municipal, pois se tem a urgência para a conclusão do certame e se busca com zelo uma contratação eficiente.

Restou claro da leitura do Estudo Técnico Preliminar que o objeto a ser contratado prescinde de um poder-dever do gestor de contratar um serviço que não poderá trazer prejuízo ao Município, aos Municípios e ao Meio Ambiente de forma geral, com a proteção dos direitos transindividuais.

O Código de Defesa do Consumidor possui, dentre as suas grandes características, o mérito e importância de ter definido, de forma objetiva, os chamados direitos transindividuais, tema do direito tão controvertido à época da publicação do referido código (anos 1990). A Lei nº 8.078/90 distinguiu os direitos metaindividuais entre Direitos Difusos, Direitos Coletivos e Direitos Individuais Homogêneos.

Os direitos difusos foram conceituados pelo Código de Defesa do Consumidor como direitos ou interesses “transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato” (art. 81, parágrafo único, inc. I).

A segunda espécie de direito metaindividual foi tratada pelo Código de Defesa do Consumidor como os direitos ou interesses “transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si, ou com a parte contrária por uma relação jurídica base” (art. 81, parágrafo único, inc. II), intitulados pelo CDC como Direitos ou Interesses Coletivos

Por fim, CDC trata dos Direitos Individuais Homogêneos conceituando-os como “os decorrentes de origem comum” (art. 81, parágrafo único, inc. III)

Pois bem, o objeto do presente certame em comento, enquadra-se nesta seara do direito, ou seja, a contratação não pode ser executada por empresa que não comprove sua aptidão técnica para a execução do mesmo, tendo em vista que essa situação poderá alcançar um resultado negativo, caso decorra de uma contratação desvantajosa para o Município, incorrendo o mesmo em arcar com prejuízo que supera a ordem de apenas um orçamento Municipal, pois o alcance se dará



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



com o desdobramento dos malefícios de uma contratação ineficiente ao meio ambiente e a coletividade de forma geral

Colaciono parte do trecho do E.T.P que alcança essa tese, vejamos:

### 3 COLETA, REMOÇÃO E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES:

Conforme definição apresentada pelo Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), entende-se como coleta o recolhimento dos resíduos acondicionados por quem os produz para encaminhá-los, mediante transporte adequado, a uma possível estação de transferência, a um eventual tratamento e à disposição final. Diversas fontes afirmam que o serviço de coleta de RSD é o componente monetariamente mais representativo dentre os serviços de limpeza pública, podendo compreender de 35% a 70% dos valores gastos com limpeza urbana. Geralmente, na limpeza urbana prevalece o conceito da economia em escala, quanto mais lixo o município gerar, menores são seus custos e preços unitários. Assim, o custo unitário dos serviços de limpeza de uma grande cidade, em geral, é menor do que o custo unitário de uma cidade pequena. Todavia, é tarefa complexa comparar o custo da coleta de lixo entre duas cidades, pois sempre há diferenças, não só em relação às características destas, como também em relação à própria operação dos serviços e dos equipamentos utilizados. É preciso saber como é a cidade, sua pavimentação, sua topografia, as peculiaridades do trânsito, a frequência da coleta considerada, a distância até o destino final, as condições de acesso para esse destino, o tipo de estação de transbordo utilizado, as especificações e inovações tecnológicas previstas para os veículos de coleta, além de inúmeras outras questões. Trata-se de uma variedade de fatores que influenciam a formação dos preços, por vezes inviabilizando uma comparação adequada.

Considerando que os **SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES ATÉ A ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DE TODO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU – RJ** deriva de uma ação do governa que busca minimizar também qualquer hipótese de dano ambiental, a fase interna da Licitação foi instruída com (processo nº 263/2023) todos os arcabouços legais para uma contratação eficiente e satisfatória.

Neste sentido, foram realizadas todas as ponderações para se alcançar o universo dos potenciais licitantes aptos e capacitados, tendo em vista a importância do objeto, visando afastar uma possível contratação aventureira.



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Com esse entendimento o Departamento Técnico da Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos instruiu o Termo de Referência com as exigências Técnicas previstas no item 9 e seus subitens, sendo recepcionado no subitem 8.1.5 do edital da Licitação, na Modalidade Pregão Presencial nº 28/2023, com julgamento **Menor Preço Global**.

Pode-se afirmar que cabe à Administração Pública o poder-dever que zelar pelos Diretos Transindividuais tutelados nesta contratação, pois o interesse Público evade à esfera do Município e vai além do território, para alcançar as ações necessárias para uma eficiente e promissora realização indireta dos **Serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares**, ou seja, o lixo é produzido no Município, mas a forma correta da coleta e transporte minimizarão os danos ambientais que poderão ser auferidos, caso não haja a prestação de um serviço satisfatório, pois se assim ocorrer, estar-se-ia comprometendo o Meio Ambiente.

Pautado nesta vertente, almeja-se que a futura contratação seja a mais vantajosa para o Município, com o **Menor Preço** e o **atendimento de todas as exigências do edital**, sendo certo que restará comprovada a vantajosidade com a junção desses dois requisitos.

Tecidas as informações preliminares, passamos para o relatório.

### I – RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa **DELURB AMBIENTAL LTDA (Processo 5.001/2023)**, inscrita no CNPJ nº 02.892.559/0001-07, em face da decisão de sua inabilitação e consequente habilitação da proposta de preços da empresa **FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, vencedora do certame.

Versa também sobre o Recurso Administrativo interposto pela empresa **AMI3 SOLUCOES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESIDUOS S/A (Processo 4.992/2023)**

Vieram os autos conclusos para análise das razões recursais bem como das contrarrazões recursais das Licitantes **FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA (Processo 5.137/2023)**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.892.559/0001-07 e **AMI3 SOLUCOES**



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



**AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS S/A (Processo 5.136/2023)**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.177.887/0001-00, a pedido do Sr. Pregoeiro Oficial deste Município a fim de embasar a decisão do mesmo.

Por oportuno, esclarece-se que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos até a presente e está fundamentada no Artigo 38 da Lei 8.666/1993 e no Artigo 7º da Lei Municipal nº 992/2005, incumbe ao setor jurídico, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e oportunidade nos atos praticados no âmbito deste Município, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

Estudada a matéria, passo a análise das razões recursais de forma isolada para melhor dinâmica.

## II – DO CERTAME LICITATÓRIO

Trata-se de Pregão deflagrado pelo Município de Casimiro de Abreu para *“contratação de empresa legalmente habilitada para a execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares até a estação de transbordo de todo Município de Casimiro de Abreu – RJ”*, com previsão de valor global de R\$ 5.271.576,96 (cinco milhões, duzentos e setenta e um mil, quinhentos e setenta e seis reais e noventa e seis centavos).

Conclusa a fase interna, a primeira fase externa foi inaugurada em 24/04/2023, com previsão de abertura em 11 de maio de 2023, horário da abertura às 09h30min, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação.

Na data de 02/05/2023 foi veiculado o aviso de adiamento na forma **Sine Die** para adequação do edital. Ocorrendo o aviso de republicação em 19/05/2023, com previsão da abertura da sessão inaugural em 06/06/2023, no mesmo local.

Neste espaço de tempo, o Edital foi impugnado pela Recorrente **DELURB AMBIENTAL LTDA** com a previsão de outros assuntos, nos autos do processo 2638/2023, após a análise foi julgada improcedente, com decisão fundamentada nos citados autos.



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Foram apresentados dois pedidos de Esclarecimentos da empresa **Ampla Soluções Urbanas, Transportes e Limpeza Eireli e da Recorrente DELURB AMBIENTAL LTDA**, sendo prestados as devidas informações, estando nos autos principais.

Houve a publicidade dos atos decisórios, no mesmo local onde se deu a publicação do edital.

No dia e horário estipulado no edital, a comissão procedeu com a abertura do certame. As licitantes que acudiram ao aviso da Licitação foram: **1) Crystal Comércio e Serviços Empresarias LTDA; 2) FGC Pavimentação e Construção Civil Ltda; 3) M.G Griphos Comércio e Representação LTDA; 4) Asseio Distribuidora de Material de Limpeza LTDA; 5) Delurb Ambiental LTDA; 6) AMI3 Ambientais e Transporte de Resíduos S.A; e 7) Ideal Coleta Ambiental LTDA.**

Considerando o público alvo da Licitação, entende-se que houve o interesse das empresas em atender as exigências do edital, com a expectativa de uma futura contratação, ao total foram 7 empresas participantes.

Pôde-se se atrair da fase de credenciamento algumas conclusões, vejamos o print screen da Ata:





## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Considerando os fatos lavrados na Ata acima, foi apurado que as licitantes FGC Pavimentação e Construção Civil Ltda, M.G Griphos Comércio e Representação LTDA, Delurb Ambiental LTDA, AMI3 Ambientais e Transporte de Resíduos S.A e Ideal Coleta Ambiental LTDA, atenderam as exigências editalícias e foram consideradas Credenciadas, ao passo que as empresas Crystal Comércio e Serviços Empresarias LTDA e Asseio Distribuidora de Material de Limpeza LTD deixaram de cumprir o edital, restando ao Pregoeiro declarar a inaptidão das mesmas para o prosseguimento no certame.

Seguindo a leitura da Ata, obteve-se a informação que houve a abertura e análise dos requisitos das Propostas de Preços das Licitante Credenciadas. Realizados os exames da documentação, a proposta da empresa **M.G Griphos Comércio e Representação LTDA** não logrou êxito no atendimento do edital, sendo desclassificada a proposta da citada empresa.

O certame foi paralisado para prosseguimento da fase de lances. Houve o retorno no horário de 14:00 horas, do mesmo dia, com a continuidade das demais fases. Superada a sessão de lances, a licitante foi **Delurb Ambiental LTDA** apresentou a melhor lance (R\$ 3.947.000,00), com esse advento houve a abertura do envelope de documentação, na forma do trecho da ata colacionado abaixo:

<p style="text-align: center;"><b>ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO</b> Número da ATA: / (Sequência: 1)</p> <p><b>OBJETO DA LICITAÇÃO:</b> Este Projeto Básico tem por objetivo estabelecer as diretrizes básicas, que deverão ser seguidas, na execução dos Serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domésticos até a estação de transferência de todo Município de Casimiro de Abreu, por regime de preço unitário.</p> <p>Encerrada a fase de Credenciamento das licitantes, o Pregoeiro procedeu a abertura da Proposta de Preços, verificando suas conformidades, classificando e divulgando os preços citados. Ao final da fase de lances foi classificada em primeiro lugar, a proposta da empresa DELURB AMBIENTAL LTDA, conforme Ata de Lances e Quadro Comparativo constante desta Ata. Em seguida, foi aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante para confirmação das suas condições de habilitação. Registro-se a presença do Engenheiro Civil da Secretaria Municipal de Obras, Sr. Vitor Stutz, na fase de Habilitação para verificação da documentação técnica da empresa classificada em primeiro lugar. Após a verificação das exigências de habilitação, foi necessária a suspensão do certame para que fosse realizada uma análise minuciosa, por parte da Secretaria Municipal de Obras, dos Atestados de Capacidade Técnica apresentados. Registro-se que a qualificação fiscal e econômico-financeira da empresa DELURB AMBIENTAL LTDA encontra-se de acordo com as exigências do Edital. A data para divulgação do resultado de análise técnica será comunicada através de e-mail e pelo site oficial da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu. Nesta mais havendo a registrar, determino o encerramento da reunião e que fosse lavrada a competente ata que vai assinada pelos licitantes presentes e pela Equipe de Apoio.</p> <p style="text-align: right;">Casimiro de Abreu, 6 de Junho de 2023</p> <p><b>COMISSÃO:</b></p>
--

Diante dos termos da lavratura da Ata, a sessão foi paralisada para verificação da documentação Técnica da empresa acima citada. Do que foi apurado nos autos, restou claro que a





## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Comissão não realizou a análise da documentação Técnica requerida 8.1.5, ficando à cargo do Corpo Técnico da Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Serviço Público, a atribuição de analisar e julgar a parte.

Para ilustrar, colaciona-se a exigência técnica, para melhor entendimento, *ipsis litteris*:

### **8.1.5. Documentação Técnica:**

- a) Certidão de Registro da Empresa e de seu Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo, através de certidão de registro de pessoa jurídica, dentro da validade, em atendimento a resolução Confea n.º 413 de 20/06/1997, resolução n.º 266 de 15/12/2017 e resolução n.º 191 de 20/03/1970;
- b) Prova de possuir no seu quadro permanente, na data do Certame, profissional de nível superior, Engenheiro Civil ou Ambiental detentor(es) de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando sua aptidão por já haver sido responsável técnico por atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA ou pelo CAU, limitado às parcelas de maior relevância sendo:

### **Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos urbanos;**

8.1.6. A comprovação de que o Profissional faz parte do QUADRO PERMANENTE DO LICITANTE se fará através do contrato social ou certidão simplificada da junta comercial do estado, quando o profissional for sócio da licitante; Através da cópia da carteira de trabalho ou da ficha de registro contendo a última alteração de salário, quando o profissional for empregado; Através de contrato de trabalho com vigência dentro do prazo para execução do objeto desta licitação ou por prazo indeterminado, ou contrato de prestação de serviços; ou no caso de empresas de economia de sociedade anônima, através de publicação na imprensa relativa à eleição, quando se tratar de diretor de empresa de capital aberto e/ou também, em todas as hipóteses, mediante a simples apresentação da Certidão de Registro junto ao CREA.

6.1.5.2 Comprovação do licitante possuir, na data de realização do certame, Atestado QUANTITATIVO em nome da empresa onde comprove ter executado no mínimo 50% do volume do contrato de um ano a ser contratado, através da apresentação certidão(ões) e/ou atestado(s) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, na forma





## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



estabelecida no Inciso II e §2º e 3º do artigo 30, da Lei Federal nº 8.666/1993. os referidos atestados deverão comprovar que a licitante possui capacidade técnico-operacional para executar na quantidade mínima, prazo e volume acima mencionado os serviços de:

### **Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos urbanos**

- c) Comprovante de Licença emitida pela INEA – Instituto Estadual do Ambiente - compatível com o objeto da licitação;
- d) Certificado de Registro expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, nos termos do Art. 17, inciso II, da Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei n.º 7.804 de 18 de julho de 1989, e Instrução Normativa do IBAMA n.º 97, de 05 de abril de 2006, a fim de comprovar que a licitante se encontra devidamente registrada no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras – CTF/APP;
- e) Certificado de Regularidade da licitante junto ao CTF/APP – Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, expedido pelo IBAMA;

Conclusa a análise Técnica da documentação da licitante, a sessão foi reiniciada no dia 15/06/2023, às 14:00 horas, na forma da Ata abaixo colacionada:



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Após a abertura dos envelopes, as propostas foram analisadas e os membros da Comissão de Licitação, designada pelo Edital nº 421/2023, para julgamento das propostas de preço das propostas habilitadas para fornecimento e/ou execução dos bens descritos no Processo Licitatório nº 263/2023, Licitação nº 26/2023 - PR, na modalidade de PREÇO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se à leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos quinze dias do mês de junho de 2023 às 15:00h na sala de reuniões, reuniram-se o Pregoeiro e os membros da equipe de apoio, designada pelo Edital nº 421/2023, e o engenheiro CMI da Secretaria Municipal de Obras, Sr. Vitor Stutz Pinto, para divulgação do resultado do julgamento dos documentos de Habilitação da empresa DELURB AMBIENTAL LTDA e finalização do certame iniciado em 06/06/2023. Estiveram presentes a reunião os representantes das empresas FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, DELURB AMBIENTAL LTDA e AMI3 AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A. Dando início a sessão, o pregoeiro informou que a empresa DELURB AMBIENTAL LTDA foi considerada inabilitada por não ter cumprido com as exigências do item 8.1.5.2 do Edital, conforme relatório anexo emitido pela Secretaria Municipal de Obras. Diante do exposto foi aberto o envelope de Habilitação da segunda colocada, a empresa AMI3 AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A para verificação de suas condições de habilitação. Após verificação da documentação da empresa AMI3 AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A, foi constatado que a empresa apresentou a Certidão de Registro de Empresas, emitida na cidade de São Paulo, com a seguinte descrição: "Esta empresa não está habilitada a atuar nas áreas de OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL, OBRAS CIVIL, ENGENHARIA AMBIENTAL, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA QUÍMICA e advertida que deverá enquadrar-se nos termos do que determina o preceito acima mencionado". Por esse motivo, a empresa foi inabilitada. O atestado de capacidade técnica operacional da empresa, através das informações no corpo do documento, não atende ao quantitativo exigido no item 8.1.5.2 Comprovação de idoneidade pessoal, na data de realização do certame. Atestado QUANTITATIVO em nome da empresa sede empresa ter executado no mínimo 50% do volume do contrato de um ano a ser contratado, através da apresentação certidão(ões) e/ou atestado(ões) fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, na forma estabelecida no inciso II e 5º e 3º do artigo 30, da Lei Federal nº 8.886/1993. Os referidos atestados deverão comprovar que a licitante possui capacidade técnica operacional para executar na quantidade mínima, prazo e volume acima mencionado os serviços de: Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos urbanos". O atestado informa que foram recolhidos 2016 toneladas de resíduos em um período aproximado de 5 meses, o que não atende a exigência de habilitação. No entanto, o representante da empresa informou que tal quantidade é referente a 1 mês e que a informação foi inserida pelo emissor do atestado de forma incorreta. Cabe registrar ainda que a quantificação na CAT está em dias (80 dias). Diante dos fatos, o pregoeiro decidiu por solicitar a empresa que demonstre através das medições e suas respectivas notas fiscais do período de 08/01/2020 a 05/07/2020 o quantitativo dos resíduos coletados dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis. Registrou-se ainda que não foi apresentada a Certidão Ambiental Expedida pelo INEA solicitada no item 8.1 do Termo de Referência. Após a habilitação da empresa AMI3 AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A, foi aberto o envelope de habilitação da empresa FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. Analisadas as exigências de habilitação, a empresa foi considerada habilitada. Ao final do certame, a representante da empresa DELURB AMBIENTAL LTDA manifestou interesse em interpor recurso contra sua inabilitação, especificamente por não ter comprovado o atendimento do quantitativo mínimo exigido no período de um ano. O representante da empresa AMI3 AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A manifestou interesse em interpor recurso contra sua inabilitação, alegando que a inscrição no Registro da empresa no CREA, não o impossibilitaria de participar do certame. Nesse caso, havendo a regularização, determinou o Pregoeiro o adiamento de reunião a que fosse levada a competente ata que vai arrolar todos os licitantes presentes e pela Equipe de Apoio. O Fornecedor DELURB AMBIENTAL LTDA é o vencedor do item 1 do Processo 263/2023, o novo vencedor é: AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS, pelo motivo: O participante AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS vencedor do item 1 foi inabilitado pela documentação e o novo vencedor é FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

Participante: 6849 - FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Item	Especificação	Un. Med.	Qtd. Cotada	Marca	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
1	Serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos	Serv	1,00		0,0000	4.149.000,00	4.149.000,00
Total do Participante							4.149.000,00
Total Geral							4.149.000,00

Considerando o teor da lavratura da Ata, a empresa Delurb Ambiental LTDA não atendeu na integralidade a exigência do subitem 8.1.5 do edital, restando ao Pregoeiro acompanhar a decisão do engenheiro **Vitor Stutz Pinto, inscrito no CREA/RJ 2002100303**, sendo divulgada na sessão a decisão de inabilitação da licitante, ora recorrente.

Na sequência houve a abertura do envelope de documentação da empresa AMI3 Soluções Ambientais e Transporte de Resíduos Ltda (R\$ 3.948.000,00), 2º colocada na ordem de classificação dos lances, a comissão procedeu com a abertura do envelope de documentação, sendo declarada inabilitada por conta do desatendimento de várias exigências do edital.

Após, houve a abertura da documentação da licitante classificada no 3º lugar, sendo a empresa FGC Pavimentação e Construção Civil Ltda (R\$ 4.149.000,00). A comissão procedeu com a abertura do envelope de documentação, feitas as vistorias documentais, a licitante foi declarada vencedora do certame.



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Reitera-se que as análises dos documentos arrolados no subitem 8.1.5 foram realizadas pelo Engenheiro **Vitor Stutz Pinto, inscrito no CREA/RJ 2002100303**.

Após a divulgação da decisão do Pregoeiro a empresa Delurb Ambiental LTDA manifestou seu interesse para interposição de recurso contra a sua inabilitação, bem como a licitante AMI3 Soluções Ambientais e Transporte de Resíduos Ltda pelos motivos que ensejaram a sua inabilitação, sendo inaugurada a fase recursal, nos termos do Inciso XVIII do Artigo 4º, da Lei 10.520/2002.

### IV - ANÁLISE DAS RAZÕES RECURSAIS DA LICITANTE AMI 3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS

A licitante apresentou suas razões recursais, em protesto pela decisão de Inabilitação proferida na sessão realizada no dia 15/06/2023, nos autos do processo 4.992/2023.

A Recorrente, na condição de 2º colocada na ordem de classificação dos lances, durante a fase da análise da documentação de habilitação foi considerada inabilitada, na conformidade do ato decisório colacionado no item II desta manifestação.

Colaciona-se a seguir os motivos que levaram à decisão de inabilitação da Recorrente:

Edital, conforme relatório anexo emitido pela Secretaria Municipal de Obras. Diante do exposto foi aberto o envelope de Habilitação da segunda colocada, a empresa AMI3 AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS S/A para verificação de suas condições de habilitação. Após verificação da documentação da empresa AMI3 AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS S/A, foi constatado a empresa apresentou a Certidão de Registro da Empresa, exigido na alínea 'a' item 8.1.5 com a seguinte restrição: "Esta empresa não está habilitada a atuar nas áreas de: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL/ OS ENGENHARIA AMBIENTAL/ OS ENGENHARIA AMBIENTAL por não ter profissional RT para as áreas, ficando sua atividade restrita às áreas de: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA QUÍMICA e advertida que deverá enquadrar-se nos termos do que determina o preceito acima mencionado". Por esse motivo, a empresa foi inabilitada. O atestado de capacidade técnica operacional da empresa, através das informações no corpo do documento, não atende ao quantitativo exigido no item "8.1.5.2 Comprovação do licitante possuir, na data de realização do certame, Atestado QUANTITATIVO em nome da empresa onde comprove ter executado no mínimo 50% do volume do contrato de um ano a ser contratado, através da apresentação certidão(ões) e/ou atestado(s) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, na forma estabelecida no Inciso II e §2º e 3º do artigo 30, da Lei Federal nº 8.666/1993. Os referidos atestados deverão comprovar que a licitante possui capacidade técnico-operacional para executar na quantidade mínima, prazo e volume acima mencionado os serviços de: Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos urbanos". O atestado informa que foram recolhidos 2016 toneladas de resíduos em um período aproximado de 6 meses, o que não atenderia a exigência de habilitação. No entanto, o representante da empresa informou que tal quantitativo é referente a 1 mês e que a informação foi inserida pelo emissor do atestado de forma incorreta. Cabe registrar ainda que a quantificação na CAT está em dias (90 dias). Diante dos fatos, o pregoeiro decidiu por solicitar a empresa que demonstre através das medições e suas respectivas notas fiscais do período de 09/01/2020 a 09/07/2020 o quantitativo dos resíduos coletados dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis. Registra-se ainda que não foi apresentada a Certidão Ambiental Expedida Pelo INEA solicitada no item 9.1 do Termo de Referência. Após a inabilitação da empresa AMI3 AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS S/A, foi aberto o envelope de



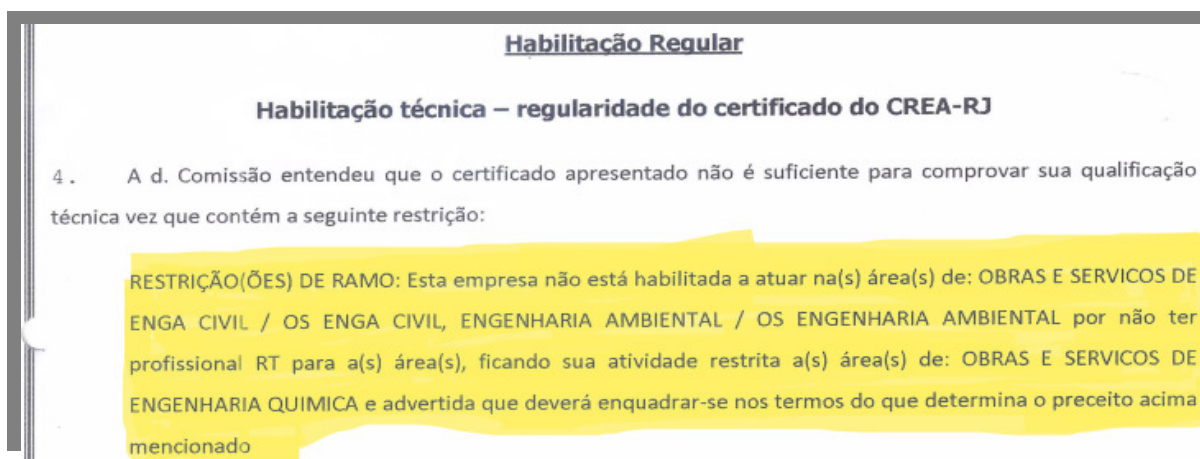
## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Após a decisão de sua inabilitação a licitante **AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A**, através de seu representante, manifestou interesse de interpor recurso contra sua inabilitação, com fundamento no inciso XVIII do Artigo 4º da Lei nº 10.520/2002. Vejamos pontualmente sobre os argumentos da deliberação sobre a inabilitação da Recorrente:

### DO DESATENDIMENTO DO SUBITEM 8.1.5



Redigimos o trecho da Ata para melhor compreensão, onde se menciona que “foi constatado que a empresa apresentou Certidão de Regularidade do certificado do CREA/RJ, exigido na alínea ‘a’ subitem 8.1.5 do edital, com a seguinte restrição: **“Esta empresa não está habilitada a atuar nas áreas de: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGA CIVIL/ OS ENGA CIVIL, ENGENHARIA AMBIENTAL/ OS ENGENHARIA AMBIENTAL por não ter profissional RT para as áreas, ficando sua atividade restrita as áreas de: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA QUÍMICA e advertida que deverá enquadrar-se nos termos do que determina o preceito mencionado.”**

Obteve-se o conhecimento da documentação da Recorrente, na certidão há a menção do Engenheiro Químico **Marcos André Josephino da Silva**, inscrito, CREA/RJ nº 2015007890, com as atribuições previstas no Artigo 17 da Resolução 218/73 CONFEA, na citada regulamentação consta o seguinte:

**Art. 17 - Compete ao ENGENHEIRO QUÍMICO ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL MODALIDADE QUÍMICA:**



## **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



**I - Desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à indústria química e petroquímica e de alimentos; produtos químicos; tratamento de água e instalações de tratamento de água industrial e de rejeitos industriais; seus serviços afins e correlatos.**

**Art. 1º - Para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades:**

**Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica;**

**Atividade 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação;**

**Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica;**

**Atividade 04 - Assistência, assessoria e consultoria;**

**Atividade 05 - Direção de obra e serviço técnico;**

**Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;**

**Atividade 07 - Desempenho de cargo e função técnica;**

**Atividade 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação Técnica; extensão;**

**Atividade 09 - Elaboração de orçamento;**

**Atividade 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade;**

**Atividade 11 - Execução de obra e serviço técnico;**

**Atividade 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico;**

**Atividade 13 - Produção técnica e especializada;**

**Atividade 14 - Condução de trabalho técnico;**

**Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;**

**Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo;**

**Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação;**

**Atividade 18 - Execução de desenho técnico.**

Como se depreender do dispositivo regulamentados as atividades do profissional foram arroladas acima, não havendo menção de forma expressa da atividade correlata ao objeto da Licitação. O citado engenheiro apresentou sua Certidão de Registro Profissional nº 60714/2023, com a validade até 31/12/2023.





## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Na documentação apresentada no certame foi juntada a documentação referente à contratação do engenheiro civil, **Alexandre da Natividade Pereira, CREA/RJ 200293190**, bem como seu registro no CREA/RJ e o contrato particular de Prestação de Serviço de Engenharia.

### DOS ARGUMENTOS DA RECORRENTE

Após a fase de habilitação, a empresa **AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A**, através de seu representante, manifestou interesse de interpor recurso contra sua inabilitação.

Vejamos o que o Engenheiro da Municipalidade aduziu sobre o assunto: “*O atestado de capacidade técnica operacional da empresa, através das informações no corpo do documento, não atende o quantitativo exigido no item ‘6.1.5.2 Comprovação do licitante possuir, na data de realização do certame, Atestado QUANTITATIVO em nome da empresa onde comprove ter executado no mínimo 50% do volume do contrato de um ano a ser contratado, através de apresentação certidão(ões) e/ou atestado (s) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, na forma estabelecida no inciso II e §2º e 3º do artigo 30, da Lei Federal nº 8.666/1993. Os referidos atestados deverão comprovar que a licitante possui capacidade técnico-operacional para executar na quantidade mínima, prazo e volume acima mencionado os serviços de: Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos’.*

E, ainda, em outro trecho da decisão:

“O atestado informa que foram recolhidos 2016 toneladas de resíduos em um período aproximado de 6 meses, o que não atenderia a exigência de habilitação. No entanto, o representante da empresa informou que tal quantitativo é referente a 1 mês e que a informação foi inserida pelo emissor do atestado de forma incorreta. Cabe registrar ainda que a quantificação na CAT está em dias (90 dias). Diante dos fatos, o pregoeiro decidiu por solicitar empresa que demonstre através das medições e suas respectivas notas fiscais do período de 09/01/2020 a 09/07/2020 o quantitativo dos resíduos coletados dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis.”



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Além dos apontamentos acima colacionados, registra-se ainda que não houve a comprovação da regularidade Ambiental Expedida pelo INEA, solicitada no subitem 9.1.1 do Termo de referência. Posto isto, conclui-se pela observância das exigências do Instrumento Convocatório, tendo em vista que o conselho profissional vedou à Recorrente a capacidade Técnica para a execução do objeto da Licitação.

Em suma pode-se obter o resumo dos argumentos com as seguintes conclusões:

### Da Habilitação Técnica – Regularidade do Certificado do CREA/RJ

A Licitante interpôs o recurso almejando a reforma da decisão desfavorável de sua inabilitação, proferida na sessão realizada no dia 15/06/2023, assevera que a mesma deve ser a vencedora do certame. Para subsidiar as suas razões recursais a Recorrente fundamentou a tese na Resolução do CONFEA 218/1973, na jurisprudência do TCE/RJ E NA Lei Federal 8.666/1993.

Percebe-se que a petição foi sucinta, clara e objetiva, bem como foi instruída com um volume expressivo de documentação, presentes nos autos do processo 4.992/2023.

A Recorrente sustenta que o certificado apresentado atende a exigência do subitem 8.1.5, alínea “a” do edital, pois em sua defesa asseverou que o engenheiro químico pode ser responsável técnico pelos serviços de coleta, alegou ainda que a certidão do CREA/RJ é passível de mudança a qualquer tempo.

Neste contexto, colaciono parte da certidão do CREA/RJ da licitante, vejamos:





## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



RESPONSÁVEL(ES) TÉCNICO(S):

MARCOS ANDRÉ JOSEPHINO DA SILVA VIEIRA  
RNP: 2015007890 Registro: 2015135677 expedido em 07/01/2018  
TÍTULO: ENGENHEIRO QUÍMICO  
Atribuição: RES 218/73 - ART 17(AT.01 A 18)  
Inclusão como QT: 25/08/2021 Inclusão como RT: 25/08/2021  
Ramo Atividade: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA QUÍMICA / OS ENG QUÍMICA

RESTRIÇÃO(ÕES) DE RAMO: Esta empresa não está habilitada a atuar na(s) área(s) de: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL / OS ENGENHARIA CIVIL, ENGENHARIA AMBIENTAL / OS ENGENHARIA AMBIENTAL por não ter profissional RT para a(s) área(s), ficando sua atividade restrita a(s) área(s) de: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA QUÍMICA e advertida que deverá enquadrar-se nos termos do que determina o preceito acima mencionado.

FINALIDADE DA CERTIDÃO: Fins de concorrência pública

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica nº 72787/2023  
Emitida às: 13/06/2023 08:38 (hora de Brasília)  
Código de controle do comprovante: 0.5490661162391289

A capacidade técnica profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos dados técnicos dos profissionais inscritos no seu quadro técnico.  
A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do CREA/RJ ([www.crea-rj.org.br](http://www.crea-rj.org.br)).  
A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.  
Esta certidão poderá ser utilizada caso não ocorra qualquer alteração posterior dos dados cadastrais desta certidão, desde que não representem a situação correta ou atualizada do registro.  
Fica reservado ao CREA/RJ o direito de retirar qualquer informação que venha a ser considerada desnecessária.  
Válida em todo território nacional.

A recorrente alega que a restrição que determina que a empresa poderá executar apenas atividades de Obras e Serviços de Engenharia Química, no seu Registro de Pessoa Jurídica (p. 22 da peça recursal) emitido pelo CREA, não a privaria de ser habilitada para o certame em questão.

A recorrente entende que a declaração de inclusão do engenheiro civil no quadro técnico suprimiria a restrição no Registro da Pessoa Jurídica no CREA-RJ.

A Recorrente também foi inabilitada por conta da restrição contida em seu Registro, sendo claro que o Conselho faz o registro atrelado ao profissional vinculado na empresa, bem como restringe a atividade de acordo com o responsável Técnico inscrito, nos termos da Resolução nº 1.121/2029 do CONFEA. Sobre a inscrição os Artigos 2º e 3º mencionam o seguinte:

Art. 2º O registro é a inscrição da pessoa jurídica nos assentamentos do Crea da circunscrição onde ela inicia suas atividades envolvendo o exercício de profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea.

Art. 3º O registro é obrigatório para a pessoa jurídica que possua atividade básica ou que



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



execute efetivamente serviços para terceiros envolvendo o exercício de profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea.

No caso em comento, entende-se que para haver a alteração na certidão da Licitante, haverá a necessidade de inclusão do profissional, nos termos do Artigo 20 da Resolução 1121/2019 CONFEA, com a seguinte redação:

Art. 20. A inclusão de profissionais no quadro técnico da pessoa jurídica deverá ser informada ao Crea com a apresentação do número da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de cargo ou função, já registrada.

Em que pese a Licitante apresentar em seu envelope a documentação do engenheiro civil **Alexandre da Natividade Pereira, CREA/RJ 200029319-0**, não houve a alteração do ramo de atividade da empresa junto ao Órgão fiscalizador e responsável pela emissão do documento. Insta salientar que o Artigo 20 da citada regulamentação prescreve de maneira clara a obrigatoriedade da inclusão do profissional no quadro Técnico.

A Recorrente informou também que cumpriu as exigências quando da apresentação da Declaração contida no Anexo XIII do edital, vinculando de forma expressa o profissional na fase da contratação.

Na fase recursal o Recorrente juntou outros documentos, visando instruir complementarmente os autos, sem, contudo, haver a juntada da documentação na forma complementar à apresentada no certame que ensejou sua inabilitação.

Sobre a regularidade do certificado, entende-se que a vedação alcança o objeto da contratação do certame em comento, ao passo que nesta fase o engenheiro se pronunciou da seguinte forma:

EMPRESA: AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS  
S/A CNPJ: 14.177.887/0001-00

a) Apresentou Certidão de Registro da Empresa e de seu Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



b) **Apresentou Profissionais no seu quadro permanente, na data do Certame, detentor(es) de certidão(ões) ou atestado(s), acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA, limitado às parcelas de maior relevância de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos;**

c) Apresentou Licença Ambiental emitida pela INEA;

d) Apresentou Certificado de Registro expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

e) Apresentou Certificado de Regularidade da licitante junto ao CTF/APP, expedido pelo IBAMA;

Conforme Termo de Referência: Não apresentou Certidão Ambiental Expedida pelo INEA;

Ocorre que o art. 30, § 1º, I, da Lei 8.666/1993, que trata das regras de qualificação técnica das licitações públicas, estabelece que as empresas interessadas em participar dos certames devem “**possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica (...)**”. (grifei)

No tocante ao assunto do enquadramento dos responsáveis técnicos no quadro permanente das respectivas licitantes, O TCU, por meio do Acórdão 1.084/2015-TCU-Plenário, decidiu na conformidade do enunciado abaixo transcrito:

### Enunciado

**É irregular, para fins de habilitação técnico-profissional, a exigência de que o responsável técnico pela obra pertença ao quadro permanente de funcionários da licitante (artigos 3º, § 1º, inciso I, e 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993).**

Também, por meio do Acórdão 1.446/2015, o Plenário do TCU deixou claro que constitui irregularidade da Administração Pública impedir que outros documentos, além da carteira de trabalho, sejam apresentados pelas licitantes para comprovar o vínculo profissional.

### Enunciado

**A comprovação do vínculo profissional do responsável técnico com a licitante, prevista no art. 30 da Lei 8.666/1993, deve admitir a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), do contrato social do licitante, do contrato de prestação de serviço ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste (grifei)**



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Em síntese, a Administração Pública, ao realizar uma licitação, deve permitir que as licitantes apresentem qualquer um dos seguintes comprovantes de vínculo profissional: 1. cópia da carteira de trabalho (CTPS) do responsável técnico; 2. contrato social da licitante, do qual conste o responsável técnico como integrante da sociedade; 3. contrato de prestação de serviço; e 4. declaração de contratação futura do responsável técnico detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste.

Fazendo coro à jurisprudência do TCU, o TCE/RJ 106.956-8/22 proferiu a seguinte Enunciado:

### ENUNCIADO

Não deve ser exigido vínculo empregatício preexistente entre o profissional e a empresa licitante para fins de comprovação de qualificação técnico-profissional. O edital deve permitir qualquer meio apto a comprovar que, quando da contratação, a empresa licitante possuirá equipe técnica qualificada e disponível para a execução do objeto licitatório, a exemplo de apresentação de declaração de compromisso de disponibilidade.

Revendo a documentação apresentada na ocasião do certame, entende-se que a regularidade da contratação com o profissional Técnico CRE/RJ foi comprovada, bem como a inclusão do Profissional com os atestados e a comprovação de vínculo nos moldes da jurisprudência do TCU e TCE/RJ, neste quesito, entendemos que a decisão foi correta, pois o licitante apresentou a regularidade com o profissional (o engenheiro químico), tendo a vedação, no entanto, fez prova da contratação do engenheiro Civil, por meio de contrato particular e juntou Declaração do Anexo XIII, para fazer prova da capacidade técnico-profissional, nos termos do subitem 8.1.5 do edital (Artigo 30, §1º e inciso I da Lei Federal nº 8.666/1993).

### Da Habilitação Técnica – Atestado de Capacidade Técnica

A Recorrente assevera em sua petição que sua inabilitação foi indevida, ocorre que edital foi objetivo na redação do subitem 6.5.1.2, quando trouxe a exigência de quantitativo de 50% (5.6669,46 toneladas), no prazo (período igual ao da contratação inicial - 01 ano).

Inicialmente, cabe aqui tecer alguns comentários necessários, pois foi pontuado na Ata de realização do certame o seguinte trecho:



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



verificação de suas condições de habilitação. Após verificação da documentação da empresa AMBIO AMBIENTAL E TRANSPORTE DE RESÍDUOS S/A, foi constatado a empresa apresentou a Certidão de Registro da Empresa, exigida na alínea 'a' item 8.1.5 com a seguinte restrição: "Esta empresa não está habilitada a atuar nas áreas de: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGA CIVIL/ OS ENGA CIVIL, ENGENHARIA AMBIENTAL/ OS ENGENHARIA AMBIENTAL por não ter profissional RT para as áreas, ficando sua atividade restrita as áreas de: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA QUÍMICA e advertida que deverá enquadrar-se nos termos do que determina o preceito acima mencionado". Por esse motivo, a empresa foi inabilitada. O atestado de capacidade técnica operacional da empresa, através das informações no corpo do documento, não atende ao quantitativo exigido no item "6.1.5.2 Comprovação do licitante possuir, na data de realização do certame, Atestado QUANTITATIVO em nome da empresa onde comprove ter executado no mínimo 50% do volume do contrato de um ano a ser contratado, através da apresentação certidão(ões) e/ou atestado(s) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, na forma estabelecida no Inciso II e §2º e 3º do artigo 30, da Lei Federal nº 8.666/1993. Os referidos atestados deverão comprovar que a licitante possui capacidade técnico-operacional para executar na quantidade mínima, prazo e volume acima mencionado os serviços de: Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos urbanos". O atestado informa que foram recolhidos 2016 toneladas de resíduos em um período aproximado de 6 meses, o que não atenderia a exigência de habilitação. No entanto, o representante da empresa informou que tal quantitativo é referente a 1 mês e que a informação foi inserida pelo emissor do atestado de forma incorreta. Cabe registrar ainda que a quantificação na CAT está em dias (90 dias). Diante dos fatos, o pregoeiro decidiu por solicitar a empresa que demonstre através das medições e suas respectivas notas fiscais do período de 09/01/2020 a 09/07/2020 o quantitativo dos resíduos coletados dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis. Registra-se ainda que não foi apresentada a Certidão Ambiental Expedida Pelo INEA solicitada no item 9.1 do Termo de Referência. Além da inabilitação da empresa AMBIO AMBIENTAL E TRANSPORTE DE RESÍDUOS S/A, a empresa não possui a

Considerando os fatos lavrados na Ata, o Pregoeiro oportunizou a empresa a apresentar documentação complementar para esclarecer os termos do Atestado apresentando, ocorre que a Recorrente não logrou êxito na apresentação da documentação complementar, visto que o pregoeiro no uso de suas atribuições lançou mão da faculdade prevista no §3º do Artigo 43, da Lei de Licitações.

Cabe ressaltar que as regras do edital são norteadoras do procedimento, todos os participantes estavam cientes de suas obrigações. Ademais, quando a lei possibilita a realização de diligências ela o faz com o intuito de esclarecer ou complementar a instrução do processo, como é o caso em análise, que houve um questionamento sobre o atendimento da documentação prevista no subitem 6.1.5.2 de Qualificação Técnica Operacional da segunda colocada. A legislação em comento, assim proclama:

### Art. 43.

(...).

**§3.º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. (g.n)**

A corroborar os argumentos até então delineados :

**“(...). De qualquer modo, quando a Comissão de Licitação, o Pregoeiro ou Autoridade Superior permitir ou determinar a juntada de documentos, seja ele qual for, deverá comunicar o fato aos demais, assinando-lhe prazo para que, querendo, apresentem eventual inconformismo. Portanto, tudo quando aduzimos acerca do instituto das**



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



diligências poderá ser feito, desde que não haja quebra dos princípios que norteiam o certame, permitindo-se que a competição licitatória cumpra os seus objetivos e atenda à finalidade para a qual o legislador a instituiu, até porque o objetivo fundamental da promoção de diligência é sanar dúvida /obscuridade, que surja no curso do processo licitatório.” (grifamos).

Vejamos a decisão proferida no *Acórdão 2730/2015-Plenário*, em caso análogo ao presente, *in verbis*:

*Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editais, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993)*

Na fase de conhecimento e cognição recursal o Corpo Técnico exarou o seguinte parecer:

Atestado da Prefeitura Municipal de Seropédica:

O atestado traz o período de 90 (noventa) dias (09/01/20 à 07/04/20), tendo sido aditivado por mais 90 (noventa) dias (08/04/20 à 06/07/20), com descrição da seguinte forma: Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), Domésticos (Orgânicos e Inorgânicos), Transporte e destinação final (orgânicos e rejeitos) com o quantitativo de 2.016,00 toneladas.

Equipamentos Utilizados p/ Coleta do RSU: 06 (seis) Caminhões Compactador 15m³, 02 (dois) Caminhões Trucado basculante 12m³, 01 (um) Pá Mecânica e 01 (um) Pick-up com Caçamba cabine simples.

Segue Relatório apresentado c/ medições não atestadas e notas fiscais do Período de 180 dias c/ quantitativos executados: (01/01/20 à 09/01/20) = 466,78 Toneladas (09/01/20 à 31/01/20) = 1.504,35 Toneladas (01/02/20 à 29/02/20) = 1.825,02 Toneladas (01/03/20 à 31/03/20) = 1.676,26 Toneladas (01/04/20 à 30/04/20) = 1.643,24 Toneladas. (01/05/20 à 31/05/20) = 1.730,20 Toneladas (01/06/20 à 30/06/20) = 1.890,12 Toneladas (01/07/20 à 06/07/20) = 297,19 Toneladas Total Período 09/01/20 à 06/07/20 = **10.566,38 Toneladas / 6 meses = 1.761,06 Ton/mês (g.n)**





## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



As notas fiscais e medições demonstram que o objeto foi executado, conquanto, não foi comprovado atendimento do quantitativo mínimos exigido no prazo da contratação inicial, na parte final o parecer técnico conclui o seguinte:

CONCLUSÃO: Analisando a nova documentação apresentada e confrontando com o Atestado Técnico Operacional apresentado no dia do certame, conclui-se: Considerando que a média da Ton/mês apresentada (1.761,06 Ton) não é compatível com o informado no atestado técnico operacional (2.016,00 Ton); Levando-se em consideração os Equipamentos utilizados na Coleta do RSU, onde discrimina a utilização de 02 (dois) Caminhões trucados basculante de 15m³ e 01 (uma) Pá mecânica, entende-se que a empresa coleta resíduos volumosos e resíduos da Construção Civil – RCC, no mesmo contrato da coleta de resíduo domiciliar. As medições que foram apresentadas sem o devido atesto e assinatura, não possuem discriminações informando o tipo de resíduo sólido urbano coletado; Considerando ainda, que após análise das medições, verificou-se duplicidade nos quantitativos medidos no dia 09/01/20, inclusive nas notas fiscais nº 1019 e nº 1053 apresentadas;

Diante dos fatos acima mencionados, essa equipe técnica entendi que o Atestado Técnico Operacional e documentos complementares apresentados, **não serão considerados devido à falta de informações conclusivas para chegar ao real volume coletado, com isso a empresa AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS, não atende a quantidade mínima de 50% (5.669,46 Toneladas), prazo (Período de 01 ano) e volume acima mencionado dos serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos urbanos, sendo considerada Inabilitada no Pregão Presencial nº 28/2023,** quanto a Documentação Técnica. (g.n)  
Sem mais para o momento,  
VITOR STUTZ PINTO  
ENG. CIVIL CREA 2002100303 MAT. 2633

Da leitura da conclusão do parecer Técnico, extrai-se que as informações dos atestados não são coesas e objetivas.

Diante do que foi apurado nos autos e revisado na fase recursal, restou incontroversa a plausibilidade da manutenção parcial da decisão do Pregoeiro, na sessão realizada no





## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



dia 15/06/2023, onde a Recorrente foi inabilitada por não ter comprovado a exigência do subitem 6.5.1.2 do edital.

### Habilitação Técnica – Certidão de Inexistência de dívidas financeiras ambientais

A Recorrente alega que a inabilitação por descumprimento da apresentação do documento exigido no subitem 9.1.1 do Termo de Referência foi indevida.

Para essa matéria o Recorrente fundamenta suas razões recursais no Artigo 30 da Lei 8.666/1993 e no entendimento do Tribunal de Contas do Estado.

Neste assunto o Recorrente foi incisivo em afirmar que a exigência não encontra amparo do Artigo 30 da citada Lei, sendo ilegal tal exigência, em sua tese de defesa.

O julgado da representação do TCE/RJ arrimou o entendimento que a citada exigência apresenta potencial caráter restritivo.

Vejamos a redação da exigência

**- Certidão Ambiental Expedida pelo INEA Declarando a Inexistência nos últimos 5 anos, de dívidas financeiras referentes à infrações ambientais praticadas pelo requerente, conforme Decreto Estadual 44.820 de 2 de Junho de 2014, em seu Artigo 18º, §1º Item V.;**

Notadamente, percebe-se que a exigência não foi recepcionada no subitem 6.1.5.2 em suas alíneas subsequentes, neste sentido há uma divergência sobre a decisão de inabilitação proferida pelo Pregoeiro, tendo em vista que a documentação deveria ter sido recepcionada no edital, por essa temática deverá haver a conformidade da decisão com as exigências do Instrumento Convocatório, preconizada no Artigo 41 da Lei de regência.

Não se pode perder de vista que o Edital de Licitação é um ato administrativo oficial e vinculado que dita todas as regras, condições, direitos e deveres da Administração Pública e dos licitantes.



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



### V - ANÁLISE DAS RAZÕES RECURSAIS DA LICITANTE **DELURB AMBIENTAL LTDA**

A Licitante **DELURB AMBIENTAL LTDA** impetrou recurso administrativo nos autos do processo 5001/2023, requerendo a reforma da decisão de sua inabilitação. Inicialmente cumpre esclarecer que a decisão guerreada está contrária aos interesses da Recorrente, visto que o Pregoeiro acompanhou o julgamento da documentação Técnica, com este entendimento foi proferida a seguinte deliberação:

1.1 “DELURB AMBIENTAL LTDA foi considerada inabilitada por não ter cumprido com as exigências do item 6.1.5.2 do Edital, conforme relatório anexo emitido pela Secretaria Municipal de Obras.

Sustenta a Recorrente em suas razões recursais que o Edital não prevê a **“obrigatoriedade que o serviço tenha sido executado na mesma periodicidade do Contrato a ser celebrado com o Município de Casimiro de Abreu”**, que é parte do motivo de sua inabilitação.

A recorrente argumenta que apresentou a exigência de atendimento, através de seus atestados, de **“no mínimo 50% do volume do Contrato de um ano a ser contratado”**.

### DOS ARGUMENTOS DA RECORRENTE

Vejamos os pontos abordados na petição:

13. Primeiro, o Edital do Pregão não determina o período de prestação do serviço para fins de aferição de capacidade técnico-operacional, mas simplesmente indica a necessidade de comprovação da execução de “no mínimo 50% do volume do Contrato de um ano a ser contratado”. Qualquer exigência adicional contrariaria a própria lógica do Instrumento Convocatório, porquanto significaria ultrapassar suas disposições expressas.(g.n)

Não há como prosperar tal argumento, visto que a leitura do subitem 6.1.5.2 é clara, na forma colacionada abaixo:



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



6.1.5.2. Comprovação do licitante possuir, na data de realização do certame, Atestado QUANTITATIVO em nome da empresa onde comprove ter executado no mínimo 50% do volume do contrato de um ano a ser contratado, através da apresentação certidão(ões) e/ou atestado(s) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, na forma estabelecida no Inciso II e §2º e 3º do artigo 30, da Lei Federal nº 8.666/1993. Os referidos atestados deverão comprovar que a licitante possui capacidade técnico-operacional para executar na quantidade mínima, prazo e volume acima mencionado os serviços de:((g.n))

**. Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos urbanos**

Em que pese a Recorrente entender que cumpre a exigência com a comprovação da prestação do serviço no período **entre 13 de janeiro de 2021 e 30 de junho de 2022, do contrato em andamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ**, não foi isso que o julgamento apontou, veja-se parte da decisão do Engenheiro sobre esse assunto, in verbis:

Atestado da UFRJ: O atestado traz o período de 18 meses (13/01/21 à 30/06/22) com quantitativo de 6.487,52 toneladas, proporcionalmente o quantitativo para 12 meses (365 dias) daria aproximadamente = 4.435,00 Toneladas.

Diante do quantitativo auferido no prazo apresentado, não logrou êxito a documentação apresentada, para fazer prova do atendimento do subitem 6.1.5.2.

E, ainda, em sua análise há a seguinte conclusão:



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



### Segue Relatórios dos Períodos de 1 ano c/ Quantitativos executados pela empresa DELURB:

**Ano de 2018** = 100,29 Ton. (1 mês / Pref. Rio Acima) + 72,80 Ton. (7 meses / SURJ) =  
**Total = 173,09 Toneladas**

**Ano de 2019** = 601,72 Ton. (6 meses / Pref. Rio Acima) + 124,80 Ton. (12 meses / SURJ) +  
718,85 Ton. (12 meses / 1ª Região Militar) + 228,35 Ton. (8 meses / BREF) =  
**Total = 1.673,42 Toneladas**

**Ano de 2020** = 115,71 Ton. (5 meses / Hospital geral) + 20,80 Ton. (2 meses / SURJ) +  
313,15 Ton. (5 meses / 1ª Região Militar) + 185,60 Ton. (6 meses / BREF) =  
**Total = 635,26 Toneladas**

**Ano de 2021** = 4.435,0 Ton. (12 meses / UFRJ) + 46,29 Ton. (2 meses / Hosp. Geral) =  
**Total = 4.481,29 toneladas**

**Ano de 2022** = 2.199,00 Ton. (06 meses / UFRJ) =  
**Total = 2.199,00 Toneladas**

### CONCLUSÃO:

Somando os atestados de capacidade técnico-operacional juntados por períodos de 1 ano, levando em consideração que alguns apresentam volumes em litros ou m³ e foram considerados. Mesmo assim o somatório **não atende a quantidade mínima de 50%** (5.669,46 Toneladas), prazo (Período de 01 ano) e volume acima mencionado dos serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos urbanos. Com isso consideramos a empresa **DELURB AMBIENTAL LTDA Inabilitada no Pregão Presencial nº 28/2023, quanto a Documentação Técnica.**

Sem mais para o momento,

VITOR STUTZ PINTO  
ENG. CIVIL CREA 2002100303  
MAT. 2633

Não há de se olvidar que o edital no subitem 6.1.5.2 trouxe como regra a comprovação do quantitativo do **volume de 5.669,46 toneladas no período de 01 ano, não havendo dúvida sobre a exigência.**

Segundo, o artigo 30, § 1º, inciso II, da Lei 8.666/1993, dispõe que “a documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: (...) comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos” – sem contudo pormenorizar a necessidade de coincidência de prazos contratuais entre os Atestados apresentados e o Contrato a ser celebrado.(g.n)



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Sobre esse argumento, sabe-se que é notório e de conhecimento público que o edital pautou essa exigência na redação do Acórdão do **TCU 244/2015**, conhecido pela Recorrente, pois consta em sua petição, vejamos o diz o citado acórdão: ***“os precedentes desta Corte informavam, como regra, que os quantitativos mínimos não deveriam ultrapassar 50% do valor previsto no orçamento base, salvo em condições especiais e devidamente justificadas”***<sup>1</sup>

O Recorrente alega que o acórdão não ampara a limitação do tempo, ocorre que devido ao grau de complexidade da execução, bem como a importância da contratação, ponderou-se por essa exigência. Não se pode perder de vista que atualmente já se tem o entendimento que a capacidade técnica poderá ser exigida por meio de um só atestado, podemos obter esse entendimento do Acórdão 2924/2019 Plenário, *in verbis*:

**Acórdão 2924/2019 Plenário (Licitação, Representação, Relator Ministro Benjamin Zymler)**

Licitação. Qualificação técnica. Atestado de capacidade técnica. Comprovação. Quantidade. Limite máximo. Capacidade técnico-operacional.

É irregular a exigência de atestado de capacidade técnico-operacional com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, a não ser que a especificidade do objeto o recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo licitatório.

Da leitura do citado Acórdão, obtém-se a cristalina informação sobre a possibilidade de se exigir somente um atestado para a comprovação do quantitativo mínimo, bem como de um quantitativo maior, desde que justificada.

No presente certame a exigência autorizou o somatório de atestados, usou-se a forma no plural, com vistas a ampliar a competitividade, a regra é aceitar o somatório de atestados para fins de qualificação técnica, pois faculta-se ao interessado que não lograria êxito em demonstrar sua capacidade por meio de um único atestado, que o faça conjugando experiências diversas, foi essa temática utilizada no certame e mesmo assim a Recorrente não conseguiu comprovar, motivo que a levou a ser inabilitada.

Impende salientar que no Acórdão 287/2014, o Ministro Benjamim Zymler, proferiu a seguinte decisão:

---

<sup>1</sup> TCU, ACÓRDÃO 244/2015, RELATOR MINISTRO BRUNO DANTAS, Plenário, j. em 11/02/2015 –



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



*Exceção a esse entendimento deve ser feita quanto os diferentes atestados se referem a serviços executados de forma concomitante. Nessa situação, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, é como se os serviços fossem referentes a uma única contratação. Com efeito, se uma empresa executa simultaneamente dez contratos de dez postos de serviços cada, cabe a suposição de que a estrutura física da empresa é compatível com a execução de objetos referentes a cem postos de serviços. Vislumbra-se, inclusive, nessa situação hipotética, maiores exigências operacionais para gerenciar simultaneamente diversos contratos menores em locais diferentes do que gerenciar um único contrato maior (sempre considerando que haja identidade entre o somatório dos objetos desses contratos menores e o objeto desse contrato maior).” (TCU, Acórdão nº 2.387/2014, Plenário, Rel. Ministro Benjamin Zymler, j. em 10.09.2014)*

Fazendo uma contextualização com o acórdão, a exigência do subitem 6.1.5.2, **quando menciona volume e prazo**, busca aferir a capacidade de gerenciamento de diversas contratações em um período que comprove a capacidade para o quantitativo proposto, em suma, percebe-se que as contratações se apresentam na prática na forma simultânea, ensejando o alcance de um período, como se fosse uma contratação una. Nesse aspecto a Recorrente não conseguiu o alcance dos requisitos edilícios.

20. Quarto, a jurisprudência do EGRÉGIO TCU não poderia ser mais clara ao afirmar que: (a) “as exigências de qualificação técnica, quer técnico-profissional quer técnico-operacional, devem recair sobre parcelas que sejam, simultaneamente, de maior relevância e valor significativo”; (b) “tais requisitos devem ser demonstrados no Instrumento Convocatório ou no Processo Administrativo da Licitação”; e (c) é “desarrazoada, como forma de comprovação da qualificação técnica dos licitantes, a exigência em Edital de percentuais mínimos superiores a 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço” 2 .

O argumento utilizado pela Recorrente não encontra guarida na jurisprudência mencionada, pois o caso concreto utilizado para a decisão acima, não se coaduna com o objeto da presente licitação. Observando-se o objeto da Representação que deu azo ao entendimento do Acórdão 3076/2011TCU – Plenário, denota-se que o fato analisado se distancia do presente.

22. Quinto, na lição de MARÇAL JUSTEN FILHO, (a) “incumbe à Administração justificar as exigências de experiência anterior que introduz no Ato Convocatório”; (b) **“não é dever dos particulares demonstrarem que as exigências impostas pela Administração são excessivas”**; e (c) **“não**



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



é possível a Administração invocar algum tipo de presunção de legitimidade de Atos Administrativos para transferir ao particular o ônus de prova extremamente complexa” 3 .(g.n)

23. Como não existe vedação constante do Edital e/ou justificativa para comprovação por meio de Atestados cuja periodicidade não seja idêntica àquela do Contrato a ser celebrado, não se afigura razoável a inabilitação do Licitante que efetivamente atendeu ao quantitativo mínimo.

Por amor ao debate, entendemos que o objeto da Licitação se mostra de grande importância, guardando a complexidade para o requisito em questão, por isso, a exigência constante no subitem 6.1.5.2 se mostra compatível.

A legação da Recorrente não se mostra compatível com a fase da licitação, todas as questões pontuadas combatem a exigência editalícia, no entanto, na fase da inauguração da fase externa da Licitação, a Recorrente protocolizou uma impugnação combatendo algumas questões do edital, sendo respondidas pontualmente pelos Técnicos da Secretaria.

Ocorre que a exigência, ora atacada, não foi alvo da impugnação, nos autos do processo 2.638/2023, como pode?

A Recorrente na fase anterior à licitação utilizou a faculdade legal de se contrapor ao instrumento convocatório, conquanto, a sua retórica não atingiu o requisito de edital que agora a mesma alega que não é legal tal exigência.

Pasmem, não houve em nenhum momento sombra dessa temeridade na fase de impugnação, como agora a Recorrente ataca a exigência?

Não nos parecer razoável se utilizar de uma fase preclusa para suscitar algo que se teve a oportunidade e não foi provocado.

Sexto, também na esteira da jurisprudência do EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU, “a vedação ou limitação de somatório de Atestados é medida excepcional, restrita a casos em que seja tecnicamente verificado que o estabelecimento de um determinado quantitativo de item de serviço implique aumento da complexidade de sua execução” 4 .(g.n)





## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



26. É inquestionável, por fim, que inexistente “aumento da complexidade de sua execução” decorrente da simples redução de prazo, porquanto a diferença é facilmente atendida por meio da disponibilidade de equipamentos e pessoal constante do Termo de Referência, da Planilha Orçamentária e da Proposta apresentada pela DELURB.(g.n)

Essa retórica da Recorrente não pode ser abarcada, pois o edital não vedou o somatório de atestado, houve a peculiaridade do prazo, podendo ser comprovada com o acúmulo de atestados, desde que atenda a exigido no edital.

Por tudo que foi exposto pela Recorrente, não há de se olvidar que o objeto da presente licitação foi acudido pelas interessadas com um público alvo presente de 07 (sete) empresas.

**Restou inverossímil e incontroverso que a exigência do subitem 6.5.1.2 não alterou a competitividade do certame, não sendo suficiente para prejudicar o caráter competitivo da licitação, uma vez que 07 (sete) empresas apresentaram documentação para habilitação, com a abertura de três envelopes da Documentação.**

29. A Administração Pública deve adstringir sua análise ao que dispõe o Instrumento Convocatório, o que, in casu, conduzirá à inarredável conclusão de que o Item 6.1.5.2 do Edital do Pregão foi frontalmente violado. Ou seja, “a Administração não pode descumprir as normas e condições do Edital, ao qual se acha estritamente vinculada” (artigo 41 da Lei 8.666/1993)(g.n)

A Recorrente invocou o Princípio da Vinculação ao instrumento convocatório para obter a reforma da decisão de sua inabilitação, ora, nesta fase processual, resta-nos incabível desrespeitar tal Princípio, pois o que se buscou foi a obediência ao mesmo, visto que a lisura do julgamento disposto na parte Técnica, mostra-se incontroversa sobre o desatendimento do subitem 6.5.1.2., não houve o mero arbítrio do julgador quando proferiu a decisão de inabilitação.

A decisão foi motivada e justificada, não houve arbitrariedades e/ou privilégios, como assim, quer fazer acreditar a Recorrente.

32. Caso se ultrapasse o que se disse nos parágrafos antecedentes, o que se admite ad argumentandum tantum, a DELURB passa a demonstrar que a r. Decisão Recorrida não se compadece com os **Princípios da**



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



**Proporcionalidade e da Razoabilidade**, o que também legitima o provimento desse Recurso Administrativo e a adjudicação do objeto do Pregão à RECORRENTE. Pois bem.

33. Com o perdão pelo truísmo, mas o item 6.1.5.2 do Edital do Pregão, nas palavras de FLÁVIO AMARAL GARCIA, tem como finalidade lógica – e legítima – “verificar se o Licitante possui aptidão, conhecimento, equipamento e experiência para executar o objeto contratual” e “proteger o valor ‘segurança’, eis que seria inadmissível que a Administração Pública colocasse em risco a segurança de pessoas, obras e bens, aventurando-se a contratar com licitante desqualificado e desprovido de experiência e técnica” 5 .(g.n)

A Doutrina utilizada para ser abarcada na situação concreta, visando o aproveitamento dos Princípio da Proporcionalidade e da Razoabilidade para reformar a decisão de inabilitação, não podem se contrapor ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Analizando o feito, entende-se que o Instrumento Convocatório é soberano, não havendo como fazer uma substituição de sua eficácia, posta a questão, restou clara a inobservância ao Princípio do Instrumento Convocatório.

Apesar de toda a retórica contida na petição ser de forma proba para buscar a reforma da decisão do pregoeiro, razão pela qual, manifesta-se o respeito de forma recíproca pela Recorrente, não sendo prejudicial essa fase, pois a fase recursal é a forma de se rever o que foi realizado, forma de julgamento e outras situações que derivam do reexame da matéria, sendo a questão enfrentada. No edital há a forma de julgamento de conformação explícita, bem como o que se busca, no atendimento do subitem 6.5.1.2, é um parâmetro objeto de julgamento, onde se quer a comprovação da execução do volume de (quantitativo) 5.669,46 toneladas no período de 1 ano, **do serviço de coleta e Transporte de Resíduos Sólidos urbanos, a análise não comporta subjetividade, pois se está aferindo unidade de medida exata, com o Plus da aceitação de volume maior dentro do mesmo período, seria o razoável e proporcional.**

Todas as questões pontudas merecem atenção, pois sabe-se que o instrumento convocatório e seus anexos, após a publicação dos mesmos, estão sob a égide do Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, não se apresentando prudente a adoção de julgamento impróprios distantes do julgamento dispare e subjetivos, pois tal postura poderia afetar substancialmente o edital e seus anexos. Notadamente, o Artigo 41 da Lei Federal nº 8.666/1993 lecionou sobre o assunto, tendo a seguinte dicção, *in verbis*:



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



**”A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.**

A celeuma entre os Princípios não existe, pois, o Artigo 3º da Lei de Licitações é claro sobre a importância dos mesmos, bem como a adoção de forma harmônica, sem hierarquias e privilégios de uns em detrimento de outros, vejamos o dispõe o artigo:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Sobre o assunto o Acórdão 3381/2013 - Plenário decidiu o seguinte:

***“O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa” (Acórdão 3381/2013-Plenário | Relator: VALMIR CAMPELO)***

Cabe ressaltar que mesmo na fase da contratação o edital faz lei entre o Licitante e a Administração Pública promotora da Licitação, esse assunto foi objeto do Acórdão do TCU 00199520091, in verbis:

**REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM PREGÃO ELETRÔNICO. CONSTATAÇÃO DE ALGUMAS FALHAS RELACIONADAS À INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO.** O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital. (TCU 00199520091, Relator: MARCOS BEMQUERER, Data de Julgamento: 15/02/2011).

Com este entendimento, observou-se que os Princípios básicos da legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Igualdade, Publicidade, Eficiência, Probidade Administrativa e do Julgamento Objetivo, bem como aos Princípios correlatos da Razoabilidade, Competitividade e Proporcionalidade estão em consonância, obstando a predileção de um somente, como é o caso do pedido do Recorrente.



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



E, ainda prevê o Artigo 37 da CF/88 que o procedimento Licitatório” somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”. E na Lei nº 8.666/1993 em seu Artigo 30, parágrafo 3º indica os parâmetros da exigência debatida. Nesse diapasão é imperioso verificar qual objeto da licitação, para então se apresentar a documentação exigida que cumpra o edital.

Na Parte conclusiva do Parecer Técnico há a seguinte conclusão:

**CONCLUSÃO:** Somando os atestados de capacidade técnico-operacional juntados por períodos de 1 ano, levando em consideração que alguns apresentam volumes em litros ou m³ e foram considerados. Mesmo assim o somatório não atende a quantidade mínima de 50% (5.669,46 Toneladas), prazo (Período de 01 ano) e volume acima mencionado dos serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos urbanos. Com isso consideramos a empresa DELURB AMBIENTAL LTDA Inabilitada no Pregão Presencial nº 28/2023, quanto a Documentação Técnica. Sem mais para o momento,

Manifesta-se o respeito ao direito de petição da Recorrente (Artigo 5º, inciso XXXIV, alínea “a” da CF/88), notou-se que foi realizada uma argumentação incisiva, com a indicação da Lei, Doutrina e jurisprudência, conquanto, não se pode rever a decisão que se funda no tratamento fora do critério da isonomia, caso a Administração assim proceda, arcará com o dano e prejuízo de lançar mão do julgamento parcial, ferindo os Princípios que norteiam as Licitações Públicas, por esta questão, não há como sustentar a reforma da decisão do Pregoeiro que acompanhou o julgamento objeto do Corpo Técnico da Secretária Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos.

Da análise criteriosa dos autos, verifica-se que os argumentos apresentados nas razões recursais da empresa **DELURB AMBIENTAL LTDA** não merecem acolhimento, dessa forma, restaram improcedentes as alegações da Recorrente.

### **DA ANÁLISE DAS CONTRARRAZÕES RECURSAIS AO RECURSO DA LICITANTE DELURB AMBIENTAL LTDA**

Instada a se manifestar, a Recorrida apresentou contrarrazões dentro do lapso temporal que lhe impunha o regramento constante do instrumento convocatório. As



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Contrarrazões recursais da licitante **FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA** foram instruídas nos autos do processo 5.137/2023.

Em sede de contrarrazões foi possível entender a dinâmica dos fatos percorridos neste certame. Restou incontroverso que a Recorrente **DELURB AMBIENTAL LTDA** já é uma personagem marcante nos certames com esse objeto, fazendo parte do universo dos potenciais participantes.

A licitante **FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA** assevera que a decisão da comissão foi acertada, ao passo que trouxe algumas informações que ratificam que a Recorrente mantém uma conduta reiterada de inobservância do edital em outros certames.

Em sua peça contestatória a contrarrazoante arrimou sua argumentação nos diversos julgados do TCU, na doutrina dominante, na lei de Licitações e Contratos, nos julgados do SFT e TRF1. Inicialmente a licitante requereu o não acolhimento ao recurso da **DELURB AMBIENTAL LTDA** com a manutenção da decisão proferida na sessão realizada no dia 15/06/2023.

Em uma adstrita síntese, refuta os argumentos apresentados pela Recorrente, apontando que houve a correta condução do certame por parte do Pregoeiro, pois sustenta e comprova que a Recorrente não atendeu às exigências do subitem 6.5.1.2 do edital.

Em suas razões trouxe à tona a saga percorrida pela Recorrida **DELURB AMBIENTAL LTDA** nos certames em que participou, com o mesmo objeto, nos Municípios de Itaboraí e Silva Jardim.

A decisão de inabilitação do certame do Município de Itaboraí foi para apreciação do judiciário. De forma a comprovar seus argumentos trouxe aos autos a decisão emanada nos autos do processo judicial 0097665-13.2020.8.19.001, na forma colacionada abaixo:

Trata-se de mandado de Segurança impetrado por **DELURB AMBIENTAL LTDA**, contra decisão do PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO do MUNICÍPIO DE ITABORAÍ ("MUNICÍPIO DE ITABORAÍ"), que, no dia 18 de maio de 2020, negou provimento ao Recurso Administrativo interposto pela **DELURB** contra sua inabilitação na Concorrência Pública 02/2017. Assim, pede concessão de liminar para que sejam suspensos os efeitos do Ato Coator imediatamente e, por conseguinte, seja suspensa a Concorrência Pública até decisão final nesse Mandado de Segurança. O Ministério Público opinou pelo não conhecimento do pedido. Esse é o breve relatório. Decido. Cabível a concessão de liminar em mandato de segurança quando houver fundamento relevante e do



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, nos termos do art. 7º, inciso III, da Lei 12.106/2009. **No presente caso, a Impetrante foi inabilitada por apresentar atestados quantitativos em medidas de volume e não em peso, impossibilitando a comissão de auferir a sua real capacidade, fls. 143. A Impetrante recorreu da referida decisão, decidindo o Secretário Municipal de Serviços Públicos por negar provimento ao recurso, ratificando a decisão exarada no âmbito da Concorrência 02/2017, mantendo a abertura de preço para o dia 20/05/2020 às 10:horas. O item 7.3.4 do Edital (fls. 129) prevê que o licitante deverá comprovar a sua qualificação técnica, por meio de apresentação, entre outros documentos, de atestado quantitativo que comprove que executou 50% do contrato em um ano, especificando em toneladas ano. Ocorre que o Impetrante não nega que tenha apresentado atestado quantitativo em desacordo com edital, sendo certo que não aponta qual dos atestados que instruem à inicial foi apresentado para fins de habilitação, o que inviabiliza a verificação do cumprimento do Edital pelo Impetrante. Ressalte-se há vários atestados juntados aos autos e muitos deles não estão com a quantidade de resíduo sólido em tonelada, conforme exigido no edital. O fato é que unidade de medida faz toda a diferença no objeto da contratação, não se tratando de exigência descabida e irrazoável.** Outrossim, a decisão que negou provimento ao recurso administrativo interposto pela Impetrante utiliza-se de motivação aliunde ou per relationem, que pode ser definida como a motivação por meio de remissão a outras manifestações ou peças constantes nos autos e cujos fundamentos justificam e integram o ato decisório, expressamente autorizada pelo art. 50, § 1º, da Lei 9.784/1999. **Assim, em um juízo de cognição sumária, inexistente violação a direito líquido e certo da impetrante. Isto posto, INDEFIRO A LIMINAR REQUERIDA.** Ao final do Plantão Noturno ao Juízo Natural para as demais providências cabíveis. P.I(g.n)

Observando-se os termos da decisão do juiz de primeira instância, denota-se que a Recorrente se comporta de modo contumaz nas licitações, pois o desatendimento do edital da Municipalidade de Itaboraí, na decisão citou-se o subitem 7.3.4 do edital da Concorrência 02/2017, sob o regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, do tipo menor preço, para “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E COLETA, TRANSPORTE E DESCARGA DE ENTULHOS/OUTROS nos atos do processo 057/2017, para ilustrar colaciona-se a exigência, in verbis:

7.3.4 - Comprovação do licitante possuir, na data prevista no subitem 1.1 deste Edital, ser detentor de Atestado QUANTITATIVO em nome da empresa onde comprove ter executado 50% do volume do contrato em um ano, período e volume a ser contratado para prestação do serviço conforme tabela abaixo:

ITEM	SERVIÇO ESTIMADO PARA 12 MESES	TONELADAS/ANO	ATESTADO – 50% DO CONTRATO
1	TOTAL DE SERVIÇOS ESTIMADOS COLETA DOMICILIAR – 12 meses/ton	40.800	20.400
2	TOTAL DE SERVIÇOS ESTIMADOS COLETA RESÍDUO SAÚDE- 12meses/ton	74.808	37,4
3	TOTAL DE SERVIÇOS ESTIMADOS DE ENTULHO/ Outros – 12 meses /ton	14.472,00	7.236

§1º - Não será admitido o somatório de atestados

§2º - Os atestados precisam estar registrados no CREA.



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Percebe-se que a Recorrente não logrou êxito em comprovar o atendimento da exigência do edital, sendo uma situação muito semelhante com a dos autos processuais em comento.

Obteve-se também a informação que a decisão de primeira instância foi agravada, nos autos do processo 0031487-85.2020.8.19.0000, com a manutenção da decisão do juiz *a quo*, sendo mantida a decisão no âmbito administrativo e ratificada no judiciário na primeira instância e em sede de Agravo de instrumento.

Pode-se perceber que a Recorrente não logrou êxito na comprovação do subitem 7.3.4 do edital que guarda profunda semelhança com o subitem 6.1.5.2 do nosso edital, sendo reiterada a conduta da Recorrente.

Além dessa informação, a petição informou que no procedimento licitatório da Concorrência Pública 002/2022, tendo por objeto da licitação a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares em todos os logradouros deste Município e transporte para o aterro sanitário, em observância às cláusulas dispostas neste Edital. Neste certame a Recorrente mais uma vez não logrou êxito na comprovação do atendimento ao instrumento convocatório, sendo inabilitada.

Em visita ao site Licitações – Silva Jardim, obteve-se o conhecimento da documentação dos atos decisórios do certame, sendo a empresa inabilitada pelo desatendimento do edital, foi aberta a fase julgamento de Recurso e a decisão foi mantida. A Recorrente se socorreu novamente ao judiciário através do processo nº 0800481-73.2022.8.19.0059, sem lograr êxito no judiciário novamente.

A petição da contrarrazoante apresentou elementos e fundamentos legais e jurisprudenciais que corroboram com a decisão do Pregoeiro, meritalmente requereu pelo não conhecimento do recurso eis que protelatório, uma vez que a Recorrente não conseguiu atender ao exigido no subitem 6.5.1.2 do edital, assim demonstrando que não possui a integralidade da qualificação técnica para a execução dos serviços a ser contratado.

Em sede de contrarrazões a empresa **AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A** pautou que a Recorrente **DELURB AMBIENTAL LTDA**





## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



**quando da apresentação do atestado**, oriundo do contrato de apenas 06 (seis) meses – 13.01.2021 à 30.06.2022, não atendeu ao edital, conforme reafirmado em seu Recurso (parágrafo 12 do Recurso Administrativo), neste sentido ratifica que a decisão do Pregoeiro tem que ser mantida, pois alega que o documento se mostra inservível para atestar a qualificação técnica

A sua petição foi fundamentada na lei de Licitações e na jurisprudência do TCU, sobre o assunto, importante mencionar neste momento a jurisprudência do TCU:” **É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha prestado serviços e fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993) “.** Acórdão 18144/2021-Segunda Câmara | Relator: ANDRÉ DE CARVALHO.

Segundo os argumentos a licitante a documentação da Recorrente não foi possível atender ao subitem 6.5.1.2, para fazer prova da sua capacidade para a execução do objeto da Licitação, tendo assim não demonstrado que possui qualificação técnica, para a consecução dos serviços prestados.

Por derradeiro afirmou que a decisão de inabilitação da licitante **DELURB AMBIENTAL LTDA**, proferida na data de 15/06/2023 deve ser mantida.

Requeru o indeferimento do recurso ora analisado.

### V - DA ANÁLISE DO RECURSO

Inicialmente, cabe esclarecer que o Pregoeiro da Comissão não reconsiderou sua decisão, nos termos da manifestação anexada aos autos, restando clara a convicção de sua deliberação, bem como subsidiou a manutenção da decisão proferida na Ata de julgamento realizada no di 15/06/2023.

Nos recurso da Recorrente **DELURB AMBIENTAL LTDA**, ora analisado, caso haja a retroação da decisão, estar-se-ia a Administração Pública repudiando o Princípio da Vinculação



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



ao Instrumento Convocatório, invertendo a ordem do objetivo da Licitação, ou seja, o atendimento ao Interesse Público com a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Não se pode perder de vista que os lances na sessão Pública são verbais e registrados pela Comissão na Ata de Lances, com a assinatura dos presentes para validar o ato de manifestação de vontade, sem a intervenção do Pregoeiro nos valores ofertados, com vistas ao atendimento do Interesse da Administração em contratar com o preço justo, neste aspecto a fase de lances foi encerrada com o objetivo alcançado, na conformidade do Artigo 3º do Decreto Municipal 1.800/2020, na forma da redação colacionada abaixo:

Art. 3º - A licitação na modalidade de Pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, assim como aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.(g.n)

§ 1º - As normas regedoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.(g.n)

Diante do explicitado na Ata, restou claro que o certame transcorreu dentro do regular trâmite processual. Não há de se olvidar que os licitantes interessados participaram da licitação com a aceitação plena das exigências contidas no mesmo, pois não houve a apresentação de impugnação em face das exigências do citado edital, no tempo previsto no Artigo 41 da Lei 8.666/1993.

Indubitável é que **em se tratando de licitações é essencial evitar julgamentos impróprios e diversos do previsto aos termos do edital e seus anexos, que possam resultar em decisões desconformes com as condições indispensáveis para a Administração Pública, acarretando prejuízo ao conjunto de ações visando a saudável Competição e as condições de Isonomia entre os diversos participantes, com a finalidade de se obter a oferta mais vantajosa.**

No caso em questão, notou-se que as decisões que nortearam o certame foram dentro da legalidade, sendo prudente a manutenção da Proposta mais vantajosa, com vistas ao cumprimento



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



dos termos do edital, restando acertada a decisão da Pregoeira com a escoreita aplicabilidade do Princípio da Eficiência.

Neste contexto fático, a decisão da Pregoeira tem arrimo no Acórdão 1734/2009 do TCU, na forma abaixo colacionado, **in verbis**:

**A licitação não deve perder seu objetivo principal, que é obter a proposta mais vantajosa à Administração, mediante ampla competitividade, a teor do art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993. Acórdão 1734/2009 Plenário (Sumário)**

E, ainda:

**Conforme já me manifestei em outras oportunidades, como por exemplo no recente Acórdão nº 146/2007 - 1ª Câmara: “(...) licitação é o procedimento administrativo mediante o qual os órgãos públicos e entidades selecionam a proposta mais vantajosa para a avença de seu interesse. Nesse contexto, surge um princípio basilar ao Direito Administrativo, qual seja, o da indispensabilidade da licitação para se adquirir, alienar ou locar bens, contratar a execução de obras ou serviços, que tem assento constitucional (art. 37, inciso XXI, da Carta Política) e infraconstitucional - art. 2º da Lei nº 8.666/1993 (...). Essa demanda decorre de princípios também insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além de outros elencados pela doutrina para a licitação. É dizer: a regra estatuída na Constituição Federal é a da obrigatoriedade de licitar, já as hipóteses de dispensa e de inexigibilidade de certame devem ser interpretadas como exceções.” Acórdão 798/2008 Primeira Câmara (Voto do Ministro Relator)**

Neste contexto, tornou-se essencial apreciar com objetividade e razoabilidade as decisões administrativas deliberadas no presente, mediante avaliação adequada quanto à conformidade das propostas e o cumprimento das exigências imprescindíveis desprezando excessos de formalismos em prol do objetivo maior que é a ampla e justa competição, sendo notório que no caso em questão houve a correta aplicação do ordenamento jurídico ao fato concreto.



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



### VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Assim, de acordo com a doutrina e jurisprudência, na situação concreta não se verifica qualquer ilegalidade ou vício capaz de alterar a decisão da Comissão de Licitação.

Considerando o que preceitua a lei e a interpretação do artigo 30 da Lei de Licitações, no que tange aos atestados deve ser feita com cautela em primazia ao princípio do formalismo moderado eis que a exigência do atestado técnico tem o condão de demonstrar a capacidade de execução do objeto licitado, determinando que os atestados apresentados pelas Recorrentes não demonstram, como dita acima a capacidade técnica de execução do objeto licitado.

Por todo o exposto, caem por terra todas as alegações da Recorrente **DELURB AMBIENTAL LTDA** no que tange a comprovação do subitem 6.1.5.2 do edital de igual modo a Recorrente **MI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A**, tendo o seu **Recurso parcialmente deferido, sem, contudo, alcançar a integralidade do ato decisório de sua inabilitação, sendo reformada a decisão na** desnecessidade da apresentação do documento do subitem 9.1.1. do Termo de Referência, por não está expressamente requerida no edital.

Posto isto, conclui-se pela procedência das contrarrazões das licitantes **AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A e FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL** e consequentemente, pela manutenção da decisão de habilitação da Licitante **FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL**, exarada no âmbito do Pregão Presencial 28/2023, constante da ata de julgamento.

Essas são as considerações a serem feitas a respeito da presente consulta, sem embargo de outros entendimentos em sentido contrário, para com os quais manifestamos, desde já, o nosso respeito.

A presente manifestação pretigiou e acompanhou o parecer Técnico do engenheiro **Vitor Stutz Pinto, inscrito no CREA/RJ 2002100303**, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos.

A Autoridade Competente deverá emanar a decisão final do recurso, com emissão de provimento formal aos autos, em atendimento ao subitem 9.5 do edital.



## **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.  
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



As Recorrentes e os demais licitantes deverão ser intimados da decisão do presente, visando o prosseguimento dos autos principais.

Salvo melhor entendimento, é o parecer.

Casimiro de Abreu, 06 de julho de 2023.

Rozilandi Fonseca Pinto Couto  
Assessora Jurídica - OAB/RJ 147.045

**Protocolo 8- 5.001/2023**

**De:** Rafael R. - SEMOHSP

**Para:** SEMGOV - CPL - Comissão Permanente de Licitação - A/C Régis B.

**Data:** 07/07/2023 às 11:22:18

Prezado,

Segue para ciência após análise.

Trata-se de recurso oposto pela DELURB AMBIENTAL LTDA em face da decisão do pregoeiro que a inabilitou no certame por não atender os requisitos técnicos exigidos no Edital para garantir a correta e contínua prestação do serviço contratado.

Foram apresentadas contrarrazões pela licitante recorrida no Despacho 3.

Parecer técnico no Despacho 5 no sentido de ratificar a ausência de requisitos técnicos da recorrente para participar do certame.

Parecer jurídico no Despacho 7 também no sentido de negar provimento ao recurso.

É a breve síntese, PASSO A DECIDIR.

Considerando que o parecer técnico apresentado no Despacho 5 pelo engenheiro Vitor Stutz Pinto é claro e conclusivo no sentido de que a recorrente não atende os requisitos técnicos exigidos no edital;

Considerando que o eminente parecer jurídico no Despacho 7 também é conclusivo no sentido negar provimento ao recurso da recorrente;

Considerando, portanto, que a recorrente não atende os requisitos técnicos exigidos no edital;

ACOLHO OS FUNDAMENTOS elencados nos pareceres técnico e jurídico para NEGAR PROVIMENTO ao presente recurso, determinando, com isso, o prosseguimento imediato do certame.

—

**Rafael Jardim Pereira Ramos**

*Secretário Municipal de Obras, Habitação, Serviços Públicos e Defesa Civil.*

Portaria nº 754/2022

---

Assinado digitalmente (emissão) por:

Assinante	Data	Assinatura
Rafael Jardim Pereira Ramo...	07/07/2023 11:22:36	1Doc RAFAEL JARDIM PEREIRA RAMOS CPF 054.XXX.XXX-...

Para verificar as assinaturas, acesse <https://casimirodeabreu.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **F1AA-3B11-B340-753C**